

ATA N.º 1

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO | P048-23-13590

Aos dezassete dias do mês de abril de 2024, pelas 09h30 , por videoconferência, reuniram os elementos do júri do procedimento concursal supra identificado, respetivamente, Maria Paula Barbas de Albuquerque Paixão, Diretora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, na qualidade de Presidente, em substituição de Luís Carlos Bento Rodrigues, Administrador da Universidade de Coimbra, por se encontrar impedido; Mercedes Oliveira Gonçalves, Assessora do Gabinete do Reitor, NAER - Núcleo de Apoio à Equipa Reitoral e Ana Isabel Varela Pimentel Carreira de Azevedo, Técnica Superior da Divisão de Recrutamento e Gestão de Contratos, na qualidade de vogais.

A reunião teve como objetivo proceder à fixação dos parâmetros de avaliação e da ponderação dos métodos de seleção.

O procedimento concursal tem em vista a constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, com a seguinte caracterização:

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas diversas áreas de atuação da Universidade de Coimbra, nomeadamente no âmbito de atuação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUC). Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, designadamente, o desenvolvimento de funções na área da psicologia:

- Realização de consultas psicológicas e eventual necessidade de produção de relatórios de avaliação psicológica, nos diferentes contextos de atuação do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade da FPCEUC;
- Acompanhamento e orientação de estágios curriculares e/ou estágios de Verão;
- Contacto com fontes de informação como professores e outros profissionais para recolha colateral de informação e análise e integração dos vários resultados;
- Conceção de informação referente a formação não graduada a desenvolver pelo Centro de Prestação de Serviços à Comunidade e/ ou pela FPCEUC, bem como a revisão de materiais produzidos;
- Apoio na organização de eventos científicos (workshops, congressos, seminários, ciclos de formação) a desenvolver pelo Centro de Prestação de Serviços à Comunidade e/ ou pela FPCEUC;
- Apoio à produção de estudos sobre a oferta formativa do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade da FPCEUC;
- Monitorização das tarefas destinadas à promoção da oferta formativa do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade e/ ou da FPCEUC;
- Apoio aos serviços administrativos do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade e / ou da FPCEUC, nomeadamente receção e encaminhamento de pedidos de consulta, gestão de agenda e de plataformas informáticas;
- Monitorização de outras informações do CPSC e/ ou da FPCEUC.

No que respeita às habilitações literárias exigidas, requer-se Licenciatura em Psicologia [Código CNAEF 311].

MÉTODOS DE SELEÇÃO

Por despacho reitoral exarado a 04/02/2024, foi determinado a aplicação dos seguintes métodos de seleção:

Para os candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado (n.º 3 do artigo 30.º da LTFP) ou a termo resolutivo que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade(s) caracterizadoras do(s) posto(s) de trabalho em causa:

- ☒ Avaliação curricular (AC)
- ☒ Entrevista de Avaliação de competências (EAC)

Estes candidatos poderão, no entanto, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, afastar, por escrito, a aplicação destes métodos de seleção, sendo-lhes aplicável os métodos aplicáveis aos restantes candidatos, indicados no ponto seguinte.

Para os candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado e a termo resolutivo que não estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade(s) caracterizadoras do(s) posto(s) de trabalho em causa, e candidatos sem vínculo de emprego público (n.º 4 do artigo 30.º da LTFP):

- ☒ Prova de conhecimentos (PC)
- ☒ Avaliação psicológica (AP)

PARA CADA MÉTODO DE SELEÇÃO SERÃO UTILIZADOS OS SEGUINTE CRITÉRIOS DE APRECIAÇÃO E PONDERAÇÃO DOS FATORES DE AVALIAÇÃO:

A AVALIAÇÃO CURRICULAR - visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar. A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

Considerando o posto de trabalho a ocupar, deliberamos, por unanimidade, que os elementos de maior relevância a considerar e respetiva ponderação são:

A. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	
20	Doutoramento na área das exigências e competências técnicas do posto de trabalho
16	Mestrado na área das exigências e competências técnicas do posto de trabalho com classificação igual ou superior a 16
14	Mestrado na área das exigências e competências técnicas do posto de trabalho com classificação inferior a 16
10	Licenciatura na área das exigências e competências técnicas do posto de trabalho
B. FORMAÇÃO PROFISSIONAL, REALIZADA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, RELACIONADA COM AS EXIGÊNCIAS E AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO	
20	>100 Horas
16	>/= 50 horas e <100 horas
12	>/= 30 horas e <50 horas
0	Sem formação profissional

C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COM INCIDÊNCIA SOBRE A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES INERENTES AO POSTO DE TRABALHO E GRAU DE COMPLEXIDADE DAS MESMAS. A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DEVE SER DEVIDAMENTE COMPROVADA PELO(S) SUPERIOR(ES) HIERÁRQUICO(S)	
20	Exercício de funções inerentes ao posto de trabalho por período = ou > a 3 anos, com evidência de 5 ou mais iniciativas/atividades com impacto positivo
16	Exercício de funções inerentes ao posto de trabalho por período = ou > a 1 ano, com evidência de 3 ou mais iniciativas/atividades com impacto positivo.
12	Exercício de funções inerentes ao posto de trabalho por período = ou > a 1 ano, sem evidências de iniciativas/atividades.
10	Exercício de funções inerentes ao posto de trabalho por período < a 1 ano, sem evidências de iniciativas/atividades.
0	Sem experiência profissional

O resultado final da avaliação será obtido através da média aritmética ponderada das classificações dos parâmetros a avaliar, expresso na seguinte fórmula:

$$AC = (a \times 25\%) + (b \times 30\%) + (c \times 45\%)$$

A PROVA DE CONHECIMENTOS – visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa e inglesa. As competências técnicas traduzem-se na capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas no âmbito das atividades a desenvolver.

A prova incide sobre os conteúdos identificados no aviso de abertura e que constam do anexo I à presente ata para efeitos de publicitação, uns de natureza genérica, outros de natureza mais específica, pretendendo-se também aferir o adequado conhecimento da língua portuguesa.

Esta será de natureza teórica, revestindo forma escrita, e efetuada individualmente em suporte de papel. Terá a duração de 90 minutos. É permitida a consulta de legislação, desde que não anotada e/ou comentada, e sem ser em formato digital, sob pena de exclusão da prova de conhecimentos. A prova será classificada de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

Durante a realização da prova não é permitida a utilização de telemóveis ou qualquer aparelho eletrónico computadorizado não autorizado.

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. A aplicação deste método realizar-se-á numa única fase.

A classificação da avaliação psicológica traduz-se numa apreciação e análise integrada das exigências psicológicas constantes do referido Perfil de Competências, sendo valorada através menções classificativas de "Apto" e "Não Apto".

A ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

Este método será classificado em "Elevado", "Bom", "Suficiente", "Reduzido" e "Insuficiente", aos quais correspondem, prospectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

Serão avaliadas quatro competências escolhidas de entre as mencionadas na tabela de competências em vigor para a respetiva carreira e categoria fixadas pela portaria para Avaliação de Desempenho no exercício de funções públicas.

A entrevista de avaliação de competências será realizada por um técnico de gestão de recursos humanos, com formação adequada para o efeito, que elaborará o guião para a entrevista com base nas quatro competências que o júri considera mais relevantes para o posto de trabalho a prover, nomeadamente:

1. orientação para resultados;
2. iniciativa e autonomia;
3. trabalho de equipa e cooperação;
4. responsabilidade e compromisso com o serviço.

Os métodos de seleção serão utilizados de forma faseada, de acordo com a determinação do Despacho Reitoral exarado a 04/02/2024, e conforme o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, na sua redação atual. Para este efeito, serão constituídos conjuntos de 20 (vinte) candidatos.

ORDENAÇÃO FINAL

A ordenação final dos/as candidatos/as cujos métodos de seleção aplicados sejam Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, será expressa de 0 a 20 valores, como resultado da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada método de seleção, sendo, no caso concreto, calculada através da seguinte fórmula:

$$CF = (AC \times 70\%) + (EAC \times 30\%)$$

Relativamente aos/às candidatos/as aos quais sejam aplicados os métodos de seleção Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica

$$CF = (PC \times 100\%) + AP ("Apto")$$

Em que **CF** = Classificação Final; **AC** = Avaliação Curricular; **EAC** = Entrevista de Avaliação de competências; **PC** = Prova de Conhecimentos; **AP** = Avaliação Psicológica.

A lista de ordenação final dos/as candidatos/as aprovados/as é unitária, ainda que no procedimento lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção.

Cada um dos métodos de seleção supra descritos tem caráter eliminatório.

Serão igualmente excluídos/as do procedimento os/as candidatos/as que não compareçam a algum dos métodos de seleção ou deles desistam.

Em caso de igualdade de valoração entre os/as candidatos/as serão adotados os critérios de ordenação preferencial previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022 e no artigo 66.º da LTFP.

Se, após a aplicação dos mesmos se mantiver a igualdade de valoração entre candidatos/as, serão adotados, por ordem decrescente, os seguintes critérios:

- a) Desempate determinado pela classificação final do grau habilitacional mais elevado;
- b) desempate determinado pela média final da licenciatura;
- c) desempate determinado pela data e hora de submissão a candidatura.

Considerando, ainda, o número de lugares a ocupar, o Júri está ciente da necessidade de respeitar a quota de deficientes nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

Presidente

Maria Paula Barbas de Albuquerque Paixão,

Diretora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Vogais

Mercedes Oliveira Gonçalves,
Assessora do Gabinete do Reitor

Ana Isabel Varela Pimentel Carreira de Azevedo,
Técnica Superior da Divisão de Recrutamento e Gestão de Contratos

Anexo I

Temas da prova de conhecimentos:

Avaliação Psicológica de Condutores;

Processo de orientação vocacional;

Sistema educativo e formativo português;

Perturbações do Neurodesenvolvimento e outros problemas atípicos da infância e adolescência: diagnóstico e intervenção nos diferentes domínios;

Psicologia Forense: regulação das responsabilidades parentais; promoção e proteção de crianças;

Enquadramento legal atual nas diferentes temáticas;

Funções neuropsicológicas e bases neuroanatômicas;

Processos de avaliação psicológica nos diferentes domínios de atuação: aplicação, cotação e análise de instrumentos de avaliação (neuro) psicológica; relatórios psicológicos.

A estrutura da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Bibliografia recomendada:

1. Estatutos da Universidade de Coimbra, homologados pelo Despacho Normativo n.º 43/2008, de 21 de agosto, republicado pela Deliberação n.º 8/2018, de 25 de junho, publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2019;
2. Regulamento da Reitoria da Universidade de Coimbra, aprovado pelo Regulamento 359/2023, de 21 de março, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 57, de 21 de março de 2023, bem como as demais alterações efetuados pelo Despacho n.º 6736/2023, publicado em Diário da República, 2.ª

- série, n.º 120, de 22 de junho de 2023 e pelo Despacho n.º 12888/2023, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 15 de dezembro de 2023;
3. Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro;
 4. Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro;
 5. Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014 de 20 de junho;
 6. Achenbach, T. & McConaughy, S. (1997). *Empirically based assessment of child and adolescent psychopathology. Applications*. Thousand Oaks: Sage
 7. Achenbach, T. et al. (2014). *Manual do Sistema de Avaliação Empiricamente Validado (ASEBA) para o Período Pré-escolar e Escolar: Um sistema integrado de avaliação com múltiplos informadores*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
 8. Agência Nacional para a Qualificação, I.P (2009). *Manual de Exploração Vocacional*.
 9. Almeida, L., Simões, M. R. & Gonçalves, M. (Eds.) (1995). *Provas Psicológicas em Portugal*. Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
 10. Almeida, L., Machado, C., Simões, M. R. & Gonçalves, M. (coords) (2004). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa - Vol. II*. Coimbra: Quarteto.
 11. Almeida, L., Simões, M. R. & Gonçalves, M. (2011). *Instrumentos e Contextos de Avaliação Psicológica - Vol. I*. Coimbra: Edições Almedina.
 12. Almeida, L., Simões, M. R. & Gonçalves, M. (2014). *Instrumentos e Contextos de Avaliação Psicológica - Vol. II*. Coimbra: Edições Almedina.
 13. American Academy of Child and Adolescent Psychiatry (1997). Practice parameters for child custody evaluation. *Journal of the American Academy & Adolescent Psychiatry*, 36(10, supplement), 575-685.
 14. American Academy of Matrimonial (2011). *Child custody evaluation standards*.
 15. American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.
 16. American Psychiatric Association (2014). *DSM-5: Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais*. Lisboa: Climepsi Editores.
 17. American Psychological Association (2010). *Guidelines for Child Custody Evaluations in Family Law Proceedings*.
 18. American Psychological Association (2013). Guidelines for psychological evaluations in child protection matters. *American Psychologist*, 68 (1), 20–31.
 19. American Psychological Association (2013). *Specialty guidelines for forensic psychology*.
 20. Anciães, A., Carvalho, R. & Aguilhas, R. (2018). *Divórcio e Parentalidade. Diferentes olhares: Do Direito à Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
 21. Association on Family and Conciliation Courts (2006). *Model standards of practice for child custody evaluation*.
 22. Barkley, R. (2008). *Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperactividade: Manual para Diagnóstico e Tratamento* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
 23. Barroso, R. & Neto, D. (Eds.) (2020). *A Prática Profissional da Psicologia da Justiça*. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses.

24. Candeias, A. *et al.* (2003). Avaliação da sobredotação: Percepções parentais. *Sobredotação*, 4 (1), 75-93.
25. Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado em anexo ao Regulamento n.º 258/2011, publicado na 2.ª Série do Diário da República em 20 de abril de 2011, com atualização posterior no Regulamento nº 246/2, de 26 de dezembro de 2016 e no Regulamento nº 637/2021, de 13 de julho de 2021.
26. Despacho PSP-DGS - Modelos e conteúdos do relatório de avaliação física e mental e do atestado médico, e os modelos e conteúdos do relatório de avaliação psicológica e do certificado de avaliação psicológica.
27. Ferreira, I., Maurício, A. & Simões, M. R. (2013). Avaliação psicológica de condutores idosos em Portugal: Legislação e linhas de orientação prática. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, 35(1), 201-223.
28. Gonçalves, M., Simões, M. R. & Almeida, L. (2017). *Psicologia Clínica e da Saúde: Instrumentos de Avaliação*. Lisboa: PACTOR.
29. Gonçalves, M., Simões, M. R., Almeida, L. & Machado, C. (2006). *Avaliação psicológica Vol I: Instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Quarteto Editora.
30. Hansen, J., Rossberg, R. & Cramer, S. (1994). *Counseling. Theory and Process* (5th Edition). Bosaton: Allyn & Bacon.
31. Leitão, L. (Coord.) (2004). *Avaliação psicológica em orientação escolar e profissional*. Coimbra: Quarteto.
32. Lezak, M., Howieson, D., Bigler, E. & Tranel, D. (2012). *Neuropsychological assessment* (5th ed.). Oxford University Press.
33. Moura, O., Costa, P. & Simões, M. R. (2019). WISC-III Cognitive Profiles in Children with ADHD: Specific Cognitive Impairments and Diagnostic Utility. *The Journal of General Psychology*, 146(3), 258-282.
34. Machado, C., Gonçalves, M., Almeida, L. & Simões, M.R. (Eds.) (2011). *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (Vol. 1). Coimbra: Almedina
35. Moura, O., Pereira, M. & Simões, M. R. (Coords) (2018). *Dislexia: Teoria, Avaliação e Intervenção*. Lisboa: PACTOR.
36. Moura, O. Pereira, M., & Simões, M. R. (Coords) (2020). *Perturbação de Hiperatividade/ Défice de Atenção: Diagnóstico, Intervenção e Desenvolvimento ao Longo da Vida*. Lisboa: PACTOR.
37. Moura, O., Simões, M. R. & Pereira, M. (2014). WISC-III cognitive profiles in children with developmental dyslexia: Specific cognitive disability and diagnostic utility. *Dyslexia*, 20(1), 19-37.
38. Pareceres e recomendações da Comissão de ética da Ordem dos Psicólogos Portugueses
39. Peixoto, C., Ribeiro, C., & Manita, C. (2007). Avaliação psicológica forense das capacidades parentais. *Revista da SPTM*, 11(2), 142-156.
40. Pennington, B. (2009). *Diagnosing learning disorders: A neuropsychological framework*. New York: The Guilford Press.
41. Pereira, M. & Simões, M.R. (2005). A avaliação da inteligência nas Dificuldades de Aprendizagem: Investigação com a WISC-III. *Psicologia, Educação e Cultura*, 9(2), 307-335.
42. Pereira, M. (2005). Educação e desenvolvimento de alunos sobredotados: Factores de risco e de protecção. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39 (3), 243-258.
43. Pereira, M., Seabra-Santos, M. & Simões, M. (2003). Estudos com a WISC-III numa amostra de crianças sobredotadas. *Sobredotação*, 4 (2), 69-89.

44. Pereira, M. (2001). Inteligência e Criatividade: Duas trajetórias alternativas para as crianças sobredotadas? *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 6 (1), 171-188.
45. Pereira, M. (2000). Sobredotação: A pluralidade do conceito. *Sobredotação*, 1 (1,2), 147-178.
46. Pereira, M. (1998). *Crianças sobredotadas: estudos de caracterização*. Tese de doutoramento não publicada. Coimbra: Universidade de Coimbra.
47. Pineda, D., Puerta, I., Aguirre, D., García-Barrera, M. & Kamphaus, R. (2007). The role of neuropsychologic tests in the diagnosis of attention deficit hyperactivity disorder. *Pediatric Neurology*, 36 (6), 373-381.
48. Ordem dos Psicólogos Portugueses (2021b). *Guia de boas práticas sobre a avaliação forense/pericial em processos de Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*. Ordem dos Psicólogos Portugueses.
49. Ordem dos Psicólogos Portugueses (2018). Orientações para o Trabalho em Psicologia Educativa nas Escolas.
50. Ordem dos Psicólogos Portugueses (2015). *Guidelines Comunicação interprofissional e Partilha de Informação*.
51. Ordem dos Psicólogos Portugueses (s.d.). Linhas de orientação para a prática profissional: Psicologia no âmbito da proteção das crianças e jovens em risco.
52. Regulamento Disciplinar da Ordem dos Psicólogos Portugueses n.º 784/2016, publicado na 2.ª série do Diário da República em 8 de agosto de 2016, alterado pelo Regulamento n.º 198/2019, publicado na 2.ª série do Diário da República em 5 de março de 2019.
53. Ricou, M. (2014). A Ética e a Deontologia no Exercício da Psicologia. Ordem dos Psicólogos Portugueses
54. Savickas, M. L. (2002). Career Construction: A developmental theory of vocational behavior. In D. Brown and Ass. (Ed.), *Career Choice and Development* (4th Ed.) (149-205). S. Francisco: Jossey-Bass.
55. Savickas, M.L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J-P., Duarte, M.E., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R. & van Vianen, A. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, 75 (2009) 239-250.
56. Silva, M. F. P. (2015). Procedures used for the psychological assessment of drivers-TPI Members (Benchmarking Process/Knowledge Sharing). In Kleinmann, K., et.al. (2015). *Transport Psychology Trends 2014*. Banská Bystrica: Salvus s.r.o.
57. Simões, M. R., Gonçalves, M. & Almeida, L. (Eds.) (2017). *Psicologia Forense: Instrumentos de avaliação*. Lisboa: PACTOR.
58. Simões, M. R., Sousa, L. B., Marques-Costa, C., & Almiro, P.A. (2017). Avaliação neuropsicológica em contextos forenses: fundamentos, protocolo e instrumentos de avaliação. In F. Vieira, A. S. Cabral & C. B. Saraiva (Eds.), *Manual de Psiquiatria Forense* (pp. 373-410). Lisboa: Pactor/Lidel.
59. Simões, M., Machado, C., Gonçalves, M. & Almeida, L. (2007). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa – Vol. 3*. Coimbra: Quarteto.
60. Taveira, M. C. et al. (2004). *Desenvolvimento Vocacional ao Longo da Vida. Fundamentos, Princípios e Orientações*. Coimbra: Almedina
61. Wechsler, D. (2003). *Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças – Terceira Edição: Manual*. Lisboa: CEGOC.
62. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

63. Decreto-Lei nº54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 116/2019, de 13 de setembro.
64. Decreto-lei nº 396/2007, de 31 de dezembro, regulado pela portaria nº 782/2009, de 23 de julho.
65. DL nº 139/2012, de 5 de julho, em vigor de acordo com o previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho
66. Despacho Normativo nº 6/2018, de 12 de abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo nº 5/2020, de 21 de abril.
67. Lei nº 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, com as alterações introduzidas pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto e pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro.
68. Lei nº 141/15, de 8 de setembro, Regime Geral do Processo Tutelar Cível, alterada pela Lei nº 24/17, de 24 de maio.
69. Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (RHLC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 138/2012, de 5 de julho, com as posteriores alterações.
70. Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro.
71. Portaria nº782/2009, de 23 de julho.
72. Recomenda-se ainda consulta da informação disponível em <https://www.uc.pt/fpce/a-faculdade/> e <https://www.uc.pt/fpce/cpsc/>

A legislação indicada deve ser considerada na sua redação atual.